

O TRABALHADOR DE APLICATIVO E O CONSUMO: SENTIDOS DO TRABALHO NA ERA DA UBERIZAÇÃO

Resumo: A cultura do consumo e a reconfiguração das relações de trabalho se entrelaçam de forma indissociável na atualidade, especialmente diante do avanço da economia de plataforma. Este artigo investiga como trabalhadores uberizados constroem sentidos sobre trabalho e consumo em contextos de precarização estrutural. Adota-se uma abordagem qualitativa, com base no método de trajetória de vida, para acessar as experiências subjetivas de um motorista de aplicativo. A análise revela que, embora inserido em um regime marcado por gestão algorítmica, autogerenciamento precarizado e ausência de direitos, o trabalhador mobiliza estratégias simbólicas de resistência e resignificação. O consumo, nesse contexto, é apropriado como linguagem identitária e mecanismo de valorização simbólica, mesmo em condições de escassez. Os resultados apontam para a emergência de uma subjetividade marcada pela figura do trabalhador-consumidor, atravessada por tensões entre autonomia e subordinação, pertencimento e exclusão. Ao articular a Teoria da Cultura do Consumo (CCT) com os estudos críticos do trabalho, o artigo contribui para a compreensão dos efeitos do trabalho uberizado e reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam o valor social do trabalho em sua dimensão plena.

Palavras-chave: Cultura do Consumo, Uberização do Trabalho, Trajetória de Vida.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o consumo ultrapassa sua função econômica e passa a exercer papel estruturante na conformação das subjetividades e nas formas de se relacionar, viver e trabalhar. Como destaca Zamora (2017), o consumo tornou-se um operador simbólico central na constituição de identidades, atravessando dinâmicas sociais e laborais de maneira cada vez mais intrincada. Nesse cenário, observa-se a consolidação de um modelo de organização do trabalho marcado pela intermediação digital e pela retórica da autonomia: a chamada uberização.

A uberização do trabalho, intensificada nas últimas décadas, consiste na mobilização de plataformas digitais que prometem flexibilidade e liberdade, mas que, na prática, impõem aos trabalhadores uma lógica de autogerenciamento precarizado, ausência de garantias e deslocamento dos riscos operacionais para o próprio indivíduo (Abílio, 2020; Abílio, Amorim & Grohmann, 2021). Trata-se de um novo regime laboral que individualiza responsabilidades e oculta as relações de subordinação sob a linguagem da inovação, da tecnologia e do empreendedorismo. Como demonstram Amorim e Moda (2020), essas plataformas operam com sistemas de controle algorítmico que regulam as condutas dos trabalhadores, redefinindo os mecanismos de dominação e invisibilizando as desigualdades que sustentam essa lógica.

Esses sujeitos, comumente invisibilizados pelas análises tradicionais, assumem papel central na engrenagem da economia de plataforma. Sem vínculo empregatício e responsáveis por seus próprios meios de produção, motoristas e entregadores enfrentam rotinas marcadas por instabilidade, longas jornadas, desgaste físico e emocional, além da insegurança social e patrimonial (Franco & Ferraz, 2019; Aquino, Pilate & Felix, 2020). Embora se apresentem como inovação tecnológica, tais práticas de gestão recuperam elementos de modelos como o

taylorismo e o just-in-time, operando sobre a subjetividade sob o verniz da modernidade (Garcez, 2020; Pochman, 2018).

No contexto da uberização, o consumo também é resignificado. Os trabalhadores de aplicativo atuam simultaneamente como produtores precarizados de serviços e como consumidores inseridos em redes simbólicas que validam ou negam pertencimento social. Como argumentam Featherstone (2018) e Kleemann et al. (2008), os sujeitos passam a exercer funções produtivas mesmo no ato de consumir, conformando uma subjetividade híbrida: o trabalhador-consumidor. Essa condição evidencia a interdependência entre flexibilização laboral e cultura do consumo, que não apenas coexiste com a precarização, mas a legitima e reproduz por meio de valores como autonomia, esforço individual e meritocracia.

Nesse cenário, torna-se urgente investigar de que maneira esses sujeitos atribuem sentidos à sua atuação profissional e às práticas de consumo cotidianas, em meio a um regime que impõe instabilidade como norma e transfere aos indivíduos a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso. A cultura do consumo, conforme proposto pela Consumer Culture Theory (CCT), não é apenas reflexo de condições materiais, mas campo de produção simbólica, no qual os sujeitos constroem, negociam e afirmam suas identidades (Arnould et al., 2020; Zamora, 2021). Assim, o consumo torna-se ferramenta de afirmação subjetiva, resistência simbólica e manutenção de coesão diante da exclusão.

Este artigo tem como objetivo compreender os significados atribuídos por trabalhadores de aplicativo às suas experiências laborais e às suas práticas de consumo, considerando as tensões entre autonomia e subordinação, pertencimento e exclusão, dignidade e precarização. Parte-se da hipótese de que, mesmo em contextos objetivamente desfavoráveis, esses sujeitos constroem sentidos e estratégias narrativas que articulam resistência simbólica e agenciamento identitário, mediadas pela lógica do consumo.

Para explorar essas dimensões, optou-se por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com base no método de trajetória de vida. Essa abordagem permite acessar os sentidos atribuídos às experiências cotidianas e compreender os modos pelos quais os sujeitos ressignificam suas vivências diante das transformações promovidas pelo capitalismo de plataforma. Ao contrário das histórias de vida mais amplas, as trajetórias de vida possibilitam ao pesquisador concentrar-se em dimensões específicas, como o trabalho ou o consumo, permitindo maior foco analítico e aprofundamento interpretativo (Gonçalves & Lisboa, 2007).

2 ABORDAGENS TEÓRICAS

2.1 Uberização do trabalho

A plataforma desenvolvida pela Uber em 2008, na cidade de São Francisco nos Estados Unidos da América (EUA), visa conectar passageiros a motoristas, sem nenhum vínculo trabalhista, jornada de trabalho fixa e com todas as despesas para o motorista (Franco & Ferraz, 2019).

Apesar da alusão ao nome da empresa de motoristas por aplicativos Uber, o termo uberização não é restrito para os motoristas desse aplicativo, apontando tal termo para a atividade de acumulação capitalista ao produzir nova forma de inserção do trabalhador o qual se assume responsável pelos principais meios de produção da atividade mediada por aplicativo (Vera & Gosling, 2019). A uberização nomeia um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho, também compreendida como uma tendência passível de se generalizar no âmbito das relações de trabalho (Abílio, 2021; Fontes, 2017; Amorim & Moda, 2020).

Informações de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que 17% dos 23,8 milhões de trabalhadores independentes no país tinham trabalho mediado por aplicativos e sendo essa sua principal fonte de renda, apontando os serviços de entrega rápida e de transporte particular de passageiros os mais comuns e, de acordo com os dados da Uber, já são cerca de 500 mil motoristas cadastrados na plataforma (Ferreira, 2021).

Em muitos países, seguindo a recomendação da OMS, a quarentena foi incentivada com indicação de isolamento social, uso de máscaras e equipamentos de proteção individual quando se fizesse necessário o contato com outras pessoas. A PNAD mostrou que nos três primeiros meses do ano de 2020 o número de brasileiros sem ocupação subiu de 13,6% para 15,6% (IBGE, 2020), dessa forma, com a crise global advinda da pandemia de COVID-19, observou-se o crescimento do desemprego que atingiu patamares recordes no país, onde a profissão de motorista de aplicativos de entrega se tornou essencial, porém gera uma condição de insegurança e um modo de viver precário para este trabalhador (Graça & Araújo, 2020; Cannas, 2021). Desta maneira, houve uma explosão de todos os serviços uberizados, utilizados por aplicativos de celular, que atingiu praticamente todas as classes sociais, e obviamente gerando novas oportunidades de negócios neste crescente nicho de mercado.

Para Aquino, Pilate e Felix (2020) um dos motivos que influenciaram a absorção de tantos trabalhadores em aplicativos na pandemia é que muitas empresas precisaram adotar o serviço de entregas e com o aumento da demanda, e em paralelo do desemprego, estes serviços absorveram os trabalhadores ociosos que buscavam uma fonte de renda, mesmo que esta não lhe garanta direitos trabalhistas.

Os entregadores se tornaram essenciais no momento em que as pessoas que podiam ficar em casa, ficavam, momento em que esses trabalhadores assumiram o risco de sair às ruas para trabalhar por meio de aplicativos, o que só veio a confirmar a situação de vulnerabilidade à qual esses trabalhadores uberizados são expostos. A uberização traz um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho com a consolidação do trabalho sob demanda, e a plataformização como dependência de plataformas digitais para executar atividades precárias de trabalho no que tange às relações laborais (Aquino, Pilate & Felix, 2020).

As desigualdades sociais e as formas de controle sobre o trabalhador foram repaginadas pelas plataformas que regulamentam o trabalho uberizado, ao captarem os trabalhadores para este trabalho informal com nova roupagem, mas mantendo o trabalhador afastado de seus direitos trabalhistas. Muitas vezes o trabalhador de aplicativos passa mais de 12 horas prestando serviços para essas plataformas sem condições de acesso a banheiro, água, local para descanso e refeições, o que se agravou no período da pandemia, sendo um risco maior para esses trabalhadores as condições precárias de higiene e saúde.

Ellmer (2018) afirma que o método taylorista se baseia na realocação do conhecimento sobre a produção, retirando dos trabalhadores e concentrando o conhecimento e, portanto, a direção do trabalho, em uma espécie de bureau do trabalho automatizado. Taylor decompôs o trabalho em pequenas tarefas geridas em tempo real, separando o trabalho entre aqueles que faziam esforço físico e mental. A consequência significativa disso é a desqualificação dos trabalhadores, que perderam sua autonomia em proveito de uma maior eficiência dirigida por superiores (Casagrande, Zamora & Oviedo, 2021).

A uberização surge de forma inovadora e tem reforçado a lógica capitalista na sua constante busca por aumento de produtividade e competitividade e vem, de certa

forma superando os modelos taylorista-fordista e toyotista ou de acumulação flexível conforme afirmado por Garcez et al. (2020).

A possibilidade do controle em detalhes de cada etapa do trabalho uberizado é a utilização do taylorismo em sua mais bem-acabada versão. O tempo de cada processo está registrado no aplicativo. Pensemos nas mensagens e avisos que recebem os usuários: “seu Uber chegará em 5 minutos” ou “o seu pedido já saiu para a entrega” (Uchôa-De-Oliveira, 2020).

A uberização pode ser entendida como um taylorismo mediado por um algoritmo que substitui, ainda que parcialmente, os gerentes. Ademais, incorpora aspectos do toyotismo, tais como o just-in-time e a cooptação da subjetividade (Garcez, 2020). Desta forma, esta nova atividade, foi perfeitamente adaptada à atual realidade em face ao desemprego causado pela pandemia, recolocando e reinserindo profissionais de vários setores no mercado de trabalho, muitas vezes informal. A uberização está intrinsecamente ligada a formas inovadoras de gestão ao mesmo tempo em que intensifica a precarização do trabalho (Franco & Ferraz, 2019).

Esta forma de organização do processo produtivo rompe com o modelo de especialização, ou superespecialização, do trabalho no taylorismo, requerendo, por sua vez, uma classe trabalhadora polivalente, multifuncional, não especializada, capaz de operar etapas distintas de um determinado processo produtivo, o que requer constantes processos de formação e de (re)qualificação profissional (Camilo & Moura, 2021). Mesmo em meio a uma pandemia de proporções sem precedentes, esta inovação proporcionou a inserção ou recolocação de vários profissionais, quer seja por opção ou mesmo por falta dela, novamente no mercado de trabalho.

2.2 Cultura de Consumo e produção de sentido

A segunda vertente teórica mobilizada neste estudo é a Consumer Culture Theory (CCT), que compreende o consumo como prática social e simbólica fundamental para a constituição das subjetividades contemporâneas. Longe de ser apenas um ato de aquisição, o consumo é entendido como campo de significação, no qual os sujeitos negociam pertencimentos, valores e formas de estar no mundo (Arnould et al., 2020; Zamora, 2017).

A partir dessa perspectiva, o consumo passa a ser analisado como linguagem identitária, por meio da qual os indivíduos expressam estilos de vida, aspiram a reconhecimentos sociais e elaboram narrativas sobre si mesmos. Em contextos de escassez, como os enfrentados por trabalhadores uberizados, o consumo adquire ainda mais centralidade, funcionando como dispositivo de coesão simbólica e de resistência subjetiva (Zamora, 2021).

Featherstone (2018) argumenta que, na racionalidade neoliberal, a cultura do consumo se entrelaça às exigências de performance, empreendedorismo e autovalorização, naturalizando desigualdades sociais ao atribuir sucesso ou fracasso ao mérito individual. Kleemann et al. (2008), por sua vez, introduzem a noção de “trabalhador-consumidor” para descrever sujeitos que, mesmo em condições de exploração, são também consumidores interpelados por discursos de modernidade, autonomia e inovação.

A cultura de consumo e o modelo de trabalho uberizado são processos interdependentes que influenciam significativamente a configuração da sociedade contemporânea. Enquanto o consumo é frequentemente apresentado como uma solução para inseguranças nas relações sociais, ele também enfraquece vínculos duradouros ao reforçar uma lógica consumista baseada na escolha individual, na busca por autenticidade e na constante possibilidade de substituição (Pugh, 2013).

Essa abordagem considera que os consumidores atuam como agentes que atribuem significados aos bens e serviços, utilizando-os como recursos simbólicos para expressar ou negociar suas identidades em contextos sociais específicos (Arnould et al., 2020). Essa tendência revela uma substituição de vínculos comunitários por laços efêmeros mediados pelo mercado, onde o valor social é medido pela capacidade de consumir e se diferenciar (Pugh, 2013).

Nesse cenário, o consumo torna-se não apenas um reflexo das condições materiais, mas uma arena simbólica onde se constroem discursos de dignidade, pertencimento e até de resistência. Os trabalhadores de aplicativo, atravessados pela lógica da escassez e pela ausência de garantias, buscam por meio do consumo, ainda que limitado, estratégias para afirmar valor, identidade e agência diante de um sistema que os desvaloriza.

Ao articular os estudos críticos sobre a precarização do trabalho com os aportes da CCT, este estudo busca compreender como essas duas dimensões se entrelaçam na produção da subjetividade de trabalhadores uberizados, revelando os sentidos construídos em meio às contradições entre precarização objetiva e agenciamento simbólico.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no método de trajetória de vida, com o objetivo de compreender como trabalhadores uberizados constroem sentidos sobre trabalho e consumo em contextos de precarização. Tal método permite captar, de forma aprofundada, os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências, especialmente quando marcadas por situações de vulnerabilidade social (Leite, 2022).

A trajetória de vida possibilita compreender não apenas os eventos concretos vivenciados, mas também as interpretações e ressignificações produzidas pelos sujeitos em diálogo com seus contextos socioculturais (Barros & Lopes, 2014). Trata-se, assim, de uma ferramenta eficaz para acessar processos de subjetivação, ao articular o plano individual às dinâmicas sociais mais amplas (Le Grand, 2005). As entrevistas desempenham papel central nesse processo, pois permitem que o sujeito narre sua história, conferindo sentido a suas escolhas e dilemas (Lopes, 2013).

No presente estudo, o foco recai especificamente sobre a dimensão laboral, buscando compreender como motoristas de aplicativo interpretam suas condições de trabalho e práticas de consumo. A delimitação temática torna o processo analítico mais objetivo e direcionado, sem perder de vista a complexidade social em que tais trajetórias se inscrevem.

Vale destacar, por fim, que embora a história de vida e a trajetória de vida compartilhem o princípio de valorizar a narrativa do sujeito, a segunda propicia um recorte mais específico, focado em temas como o trabalho, o que a torna metodologicamente mais ágil e ajustada aos objetivos da pesquisa (Alberti, 2005; Gonçalves & Lisboa, 2007).

4 ANÁLISES E RESULTADOS

4.1 Procedimentos de Coleta de Dados

A metodologia adotada para esta pesquisa foi a trajetórias de vida como instrumento de coleta e análise, dada sua capacidade de compreender as formas pelas quais os sujeitos constroem significados sobre suas experiências em interação com o contexto social. Diferentemente de outras abordagens qualitativas, esse método não exige um roteiro rígido de perguntas, tampouco determina previamente

um número fixo de participantes. Em algumas situações, a narrativa detalhada de um único sujeito já se mostra suficiente para as interações entre a esfera individual e as estruturas coletivas, possibilitando compreender como o vivido singular reflete e, ao mesmo tempo, é atravessado por dinâmicas sociais mais amplas (Pinto et al., 2016).

Vale destacar que, embora as histórias de vida e as trajetórias de vida compartilhem o propósito de colocar o sujeito como protagonista de sua própria narrativa, há diferenças importantes entre elas. As histórias de vida abrangem a totalidade da existência do indivíduo, desde a infância até o momento presente, e costumam demandar um período maior de coleta e análise devido à amplitude dos temas abordados (Alberti, 2005). Já as trajetórias de vida permitem um recorte mais específico e focalizado, delimitando temas de interesse do pesquisador, como o trabalho ou o consumo, o que torna o processo mais ágil e direcionado (Gonçalves & Lisboa, 2007).

No caso específico desta pesquisa, considerando-se o objetivo de investigar os sentidos e significados atribuídos ao trabalho pelos participantes, as entrevistas foram orientadas por tópicos temáticos: Otimismo e Resignação, Discriminação e Insegurança, Qualidade de Vida; relacionados à vivência laboral. Essa opção metodológica permitiu direcionar o diálogo para aspectos como a trajetória profissional, as escolhas realizadas, os dilemas enfrentados e as percepções sobre o contexto de trabalho, respeitando a liberdade narrativa do sujeito e evitando engessamento na condução das entrevistas.

4.2 Recolhimento da trajetória de Vida

O participante deste estudo, um homem que atua como motorista de aplicativo, foi selecionado com o objetivo de se acessar uma trajetória que, embora singular, dialogasse com vivências comuns à categoria pesquisada. A única condição estabelecida para inclusão no estudo foi a atuação profissional na função de motorista por aplicativo. A proposta não buscou abarcar uma amostra numerosa de sujeitos, mas sim realizar uma imersão profunda na narrativa de vida do entrevistado, explorando com recorrência e profundidade os sentidos atribuídos à sua experiência laboral (Pinto et al., 2016).

O processo de aproximação iniciou-se com a divulgação de um formulário de interesse nas redes sociais dos pesquisadores. Inicialmente, três pessoas demonstraram disponibilidade para participar da pesquisa. Contudo, devido à necessidade de encontros sucessivos e do tempo demandado para o aprofundamento das narrativas, apenas um dos participantes manteve-se no processo, realizando todos os encontros previstos. As entrevistas dos outros dois participantes foram descontinuadas, pois concederam apenas uma entrevista inicial, que, por não atender aos critérios metodológicos de continuidade, foi descartada.

O participante foi informado desde o primeiro contato sobre o propósito da pesquisa e sobre a forma como o estudo seria conduzido. Foi explicado que o foco seria explorar as vivências de trabalho como motorista de aplicativo e as práticas de consumo associadas a essa experiência, considerando as tensões entre autonomia e subordinação, dignidade e exploração, pertencimento e exclusão. Também ficou claro que não havia respostas certas ou erradas e que o objetivo era ouvir sobre a própria vida, de forma espontânea e reflexiva.

O processo de coleta foi conduzido em cinco encontros, cada um com duração média de uma hora e quinze minutos. A cada sessão, a narrativa era ouvida e transcrita antes do próximo encontro, o que permitia esclarecer pontos, retomar aspectos relevantes e aprofundar os temas alinhados ao foco do estudo. Após cada

entrevista, a pesquisadora também elaborava um diário de campo, no qual registrava suas impressões sobre o encontro e fazia anotações que pudessem contribuir para o processo analítico.

As entrevistas foram conduzidas em etapas. No primeiro momento, o participante foi convidado a responder à pergunta inicial: "Quem é você?". Essa questão aberta permitiu que ele iniciasse a construção da própria narrativa. Com o avançar dos encontros, outros temas foram sendo incorporados, respeitando o ritmo e a fluidez da fala do entrevistado. A narrativa seguiu um caminho não linear, com relatos sobre infância, adolescência, vínculos familiares e trajetória escolar, intercalados com memórias relacionadas ao trabalho e ao cotidiano atual.

No segundo momento das entrevistas, o foco passou a ser as experiências profissionais anteriores e, posteriormente, as vivências como motorista de aplicativo. Destaca-se que, em muitos momentos, o relato fluía sem a intervenção da pesquisadora, permitindo que os temas emergissem de forma espontânea e orgânica, entrelaçando passado e presente.

Ao final da quarta entrevista, foi solicitado ao participante que escolhesse um nome fictício para si mesmo, como parte do processo de construção simbólica da própria história narrada. Essa escolha teve o propósito ético de preservar sua identidade e, ao mesmo tempo, promover a apropriação da narrativa por parte do sujeito. O nome escolhido foi João Antônio. Ele explicou a escolha dizendo que, em sua experiência de vida, todos os "João" ou "Antônio" que conheceu eram pessoas pobres, "quebradas", com poucas opções de vida. Essa escolha, portanto, carrega um significado simbólico que remete à sua percepção sobre si mesmo e sobre a condição social na qual se encontra.

O quinto e último encontro foi destinado à devolutiva da pesquisa. Os pesquisadores não apenas entregaram ao participante uma cópia das análises realizadas, mas buscou (re)contar a ele sua própria história, agora narrada por meio da construção simbólica de João Antônio, respeitando o tom acessível e compreensível, distante do jargão acadêmico. Essa devolução teve como objetivo valorizar a experiência do sujeito, reconhecendo-o como proprietário da narrativa produzida.

4.3 História de João Antônio

João Antônio tem 35 anos e é natural de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Mudou-se para Belo Horizonte aos cinco anos de idade, cidade onde reside até hoje. Vem de uma família humilde, sendo o filho mais novo entre quatro irmãos e o único a concluir um curso superior. João Antônio é formado em Direito por uma instituição privada de grande porte em Belo Horizonte, tendo ingressado no curso por meio de uma bolsa integral. No entanto, relata que, mesmo com a bolsa, enfrentou inúmeras dificuldades financeiras para se manter na faculdade, incluindo a necessidade de trabalhar o dia todo, o que comprometia seu tempo de estudo. As dificuldades não se restringiram aos aspectos acadêmicos: ele relata ter passado por situações de constrangimento relacionadas à sua aparência, pela dificuldade de adquirir roupas adequadas para o ambiente universitário, além de enfrentar limitações para comprar livros e materiais necessários. Em vários momentos pensou em desistir do curso.

João Antônio é casado e tem três filhos. O mais velho, de 17 anos, é fruto de um relacionamento anterior. Com a atual esposa, tem dois filhos pequenos: um menino de sete anos e uma menina de três. Reside com a família em um barracão pequeno, cedido pelo sogro, em uma região periférica de Belo Horizonte.

Embora tenha concluído a graduação em Direito, ainda não possui a carteira da OAB, o que o impede de exercer a profissão de advogado. Antes de se tornar motorista de aplicativo, João Antônio trabalhava realizando entregas de moto em uma empresa privada. Durante a pandemia da COVID-19, foi demitido em função da redução do quadro de funcionários. Com o valor da rescisão, decidiu investir na compra de um carro para trabalhar como motorista de aplicativo, acreditando que essa seria uma forma de garantir renda.

4.4 Otimismo e Resignação

Apesar das dificuldades diárias, João Antônio constrói uma narrativa permeada por momentos de otimismo e tentativas de ressignificar sua situação. Para ele, estar nas ruas trabalhando, mesmo em condições precárias, ainda representa uma forma de resistir à inatividade e ao desamparo.

Ele relata:

“Eu penso assim: pior seria estar em casa, parado, porque o mercado de trabalho está muito difícil, então pelo menos desse jeito eu tô correndo atrás. Não ganho bem, mas tô na luta, e isso já me dá um certo alívio, porque é difícil pra quem vem de onde eu vim, tudo é sempre mais difícil. A rua é ruim, mas parado é pior. É uma opção temporária que peço a Deus ser o mais breve possível, todo mundo que tá nessa é por falta de opção”

Essa fala demonstra como a permanência no trabalho, mesmo precário, é ressignificada como atitude ativa e digna frente à marginalização social. O trabalho por aplicativo se torna, paradoxalmente, uma forma de manter a autoestima e evitar o estigma da "ociosidade".

As narrativas de João Antônio permitem compreender como o trabalho uberizado está intrinsecamente relacionado à dinâmica do consumo, não apenas no aspecto material, mas também no simbólico. O consumo, nesse contexto, deixa de ser apenas aquisição de bens ou serviços: torna-se mediador da construção de identidade, pertencimento e resistência em um cenário marcado pela precarização.

Apesar das dificuldades financeiras, João relata a necessidade de manter determinados padrões de consumo que simbolizam dignidade ou minimamente um pertencimento social:

“Eu rodo o dia inteiro, e às vezes sobra pouco, mas tem coisa que eu faço questão. Eu não gosto de sair com o carro sujo, por exemplo. Mesmo sendo Uber, eu acho que o carro limpo mostra que eu me respeito. A roupa também: eu gosto de sair arrumado, mesmo que seja só pra trabalhar. As pessoas julgam muito pela aparência.”

Essa fala revela um consumo simbólico de cuidado com a aparência e com a apresentação pessoal, como forma de preservar a autoestima e evitar o estigma social atribuído ao trabalho precarizado. O carro limpo, a roupa bem cuidada e o comportamento educado operam como estratégias de “manutenção de valor social”, mesmo diante da exploração material.

Em outro momento, João Antônio tenta manter uma postura positiva diante das dificuldades financeiras, enxergando o trabalho como uma ponte para dias melhores:

“Tem dia que eu falo comigo mesmo: ‘calma, João, uma hora as coisas melhoram’. Sei que tá difícil agora, mas não dá pra perder a esperança. Já passei por coisa pior. Mas é difícil, somos explorados pela plataforma, e tem cliente que entra no carro e se acha o rei como se 10 reais pagasse o custo que eu tenho para manetr o carro limpo,

abastecido, com tudo funcionando...Hoje pelo menos tô na rua tentando sobreviver ao caos, graças a Deus com saúde para sobreviver a essa escravização moderna.”

A fala revela a comparação constante com momentos anteriores de privação extrema, o que contribui para manter a crença na superação, ainda que essa esperança não se fundamente em perspectivas concretas de melhora.

Além disso, ele atribui ao trabalho como motorista um aprendizado relacionado ao convívio social e à paciência:

“Rodar na rua é uma escola. Você aprende a ouvir calado, aprende a respirar fundo quando o passageiro te destrata, bate a porta do seu carro. Já teve dia que eu cheguei em casa cansado da cabeça, não era nem do corpo. Mas aí eu penso: tô aprendendo a lidar com gente, tô aprendendo a ser forte, e no fundo louco para sair disso aqui.”

A ressignificação do sofrimento como experiência de aprendizado é uma estratégia emocional recorrente, que ajuda o sujeito a suportar as situações de desgaste psicológico e físico.

4.5 Discriminação e Insegurança

Ao longo dos encontros, João Antônio relatou experiências marcadas por sentimentos de discriminação e exclusão social, muitas delas atravessadas por estigmas relacionados à sua trajetória como motorista de aplicativo, apesar da formação universitária.

Ele comenta:

“Já me perguntaram várias vezes: ‘Você não tem estudo não? Tá aqui rodando por quê?’ Aí eu penso: é fácil falar, né? Como se fosse só ter diploma que a vida mudava. Eu tenho faculdade, mas a realidade não é só isso. Ninguém quer saber se você tem OAB ou não, eles só olham pra você e acham que fracassou porque tá no carro. Quem me dera ter uma oportunidade de trabalho melhor, não estava aqui, mas um diploma infelizmente não te dá acesso ao trabalho, com tantas horas que eu trabalho nem consigo estudar para OAB, tem dias que eu dirijo 12 horas para tirar livre da gasolina 100 reais, é humilhante, é como catar latinha, você faz para viver o dia e no outro começa tudo de novo”

Essa fala evidencia o estigma social associado à atividade uberizada e a frustração de não conseguir transformar o capital educacional em mobilidade social efetiva. O diploma, nesse contexto, torna-se um símbolo de um projeto interrompido.

João Antônio destaca como o consumo de bens e serviços se tornou também uma forma de "medir sucesso" no seu contexto social, gerando frustração:

“Eu olho no Instagram, no Facebook, vejo os colegas da faculdade, tudo de terno, advogado em escritório. Eu tô aqui de camiseta, dirigindo. Aí dá um aperto, porque parece que eu tô ficando pra trás. Mas ao mesmo tempo penso: pelo menos tô pagando as contas. Cada um sabe o que passa.”

Essa fala traduz a tensão entre o consumo simbólico de status (representado pelos colegas “bem-sucedidos”) e a prática cotidiana do consumo mínimo de sobrevivência. João se reconhece fora do ideal de sucesso profissional vinculado ao consumo ostentatório, mas, ao mesmo tempo, recorre a um discurso de resiliência e aceitação do seu lugar.

Além da discriminação simbólica, João relata situações de medo e insegurança no dia a dia, especialmente durante o trabalho noturno:

“Eu já peguei passageiro estranho, já fiquei com medo várias vezes. Às vezes o cara entra no carro, fica calado, olhando pro celular, e eu fico pensando: ‘será que vai me assaltar?’. A gente não sabe quem tá no banco de trás. Meu coração já bateu forte em corrida que eu achei que não ia voltar pra casa. Sem contar que somos de certa forma obrigados a aceitar qualquer tipo de corrida e passageiros, pois se você cancela as corridas, sua pontuação cai, você fica mais tempo sem receber novas corridas, então é mais complicado do que parece, não é só cancelar”

A insegurança física, somada à falta de garantias trabalhistas, coloca o trabalhador em uma situação de permanente vulnerabilidade, onde o medo faz parte da rotina.

Outro aspecto que provoca angústia é a incerteza financeira. João relata:

“Essa semana mesmo eu rodei quase doze horas por dia e no final das contas, quando coloquei no papel, sobrou quase nada. Tem dia que parece que a gente tá pagando pra trabalhar. Paga gasolina, paga manutenção, e o carro tá desvalorizando todo dia. Aí você pensa: e se amanhã eu bater o carro? Acaba tudo.”

A precariedade financeira aliada à insegurança patrimonial gera um estado de alerta constante, onde o medo do imprevisto torna-se um fator de sofrimento psíquico.

4.6 Qualidade de Vida

As consequências do trabalho como motorista de aplicativo na qualidade de vida de João Antônio são visíveis, tanto no plano físico quanto emocional e familiar. As longas jornadas comprometem o tempo dedicado à família e impactam diretamente sua saúde e bem-estar. Ele relata:

“Eu passo tanto tempo na rua que às vezes nem sei mais o que tá acontecendo em casa. Chego tarde, meus filhos já tão dormindo. No outro dia saio cedo e não vejo eles direito. Outro dia meu menino falou: ‘pai, você mora no carro?’. Aquilo mexeu comigo.”

A fala explicita a desestruturação do tempo familiar e a ausência do convívio afetivo, uma das faces mais cruéis da lógica da plataforma do trabalho, que exige disponibilidade total do trabalhador para garantir a renda mínima.

O consumo também aparece como forma de inclusão dos filhos em um ciclo mínimo de acesso ao lazer e à dignidade, apesar das dificuldades financeiras:

“Tem dia que sobra vinte, trinta reais no bolso, aí eu penso: ‘vou guardar ou vou fazer alguma coisa com meus meninos?’ Aí eu paro e compro um lanche pra eles, levo pra casa. É besteira, mas é o que dá pra fazer. Eu sei que não é muito, mas pelo menos eles veem que o pai tá tentando.”

Aqui, o consumo funciona como expressão de afeto e como ferramenta para reforçar os laços familiares, compensando a ausência causada pelas longas jornadas de trabalho. Mesmo em condições de escassez, pequenas práticas de consumo são ressignificadas como símbolos de cuidado e pertencimento.

O próprio trabalho como motorista também está atravessado pela lógica do consumo, na medida em que o carro, ao mesmo tempo que é instrumento de trabalho, é produto de consumo e fonte de endividamento:

“Comprei esse carro achando que ia ser investimento, mas virou um buraco sem fundo. Pneu, óleo, manutenção, seguro... tudo é gasto. Eu brinco que meu carro não é meu carro, é meu patrão. Ele manda em mim. Se eu não cuidar, perco tudo.”

Essa metáfora o carro como “patrão” evidencia a inversão típica da economia das plataformas: o trabalhador é dono do próprio instrumento de trabalho, mas ao mesmo tempo se torna subordinado a ele, preso em um ciclo contínuo de consumo e manutenção para continuar operando.

Do ponto de vista da saúde, João relata sintomas de exaustão física e emocional:

“Já teve dia de eu sentir que não ia aguentar mais. A coluna dói, a vista fica ruim de tanto olhar pra rua. Mas aí eu penso: se eu parar, as contas não param. Então eu levanto, respiro fundo e vou de novo. É como se o corpo pedisse descanso, mas a necessidade mandasse continuar. Trabalho gripado, com dor, não tenho direito de me cuidar, ter um descanso, trabalho todos os dias de domingo a domingo.”

A sobreposição entre as necessidades econômicas e os limites físicos cria um cenário de autoexploração, em que a saúde é sacrificada em nome da sobrevivência.

Por fim, João compartilha uma percepção de esgotamento e falta de perspectivas futuras:

“Sabe quando você sente que tá rodando, rodando, e não sai do lugar? Eu me sinto assim. Não consigo juntar dinheiro, não consigo planejar nada, só sobrevivo. A gente tá num ciclo sem fim. Eu não sei se isso é vida, ou se é só um jeito de ir empurrando.”

Essa fala sintetiza o sentimento de estagnação e falta de horizonte, comum entre trabalhadores uberizados. A atividade deixa de ser uma ponte para outra oportunidade e se transforma em armadilha existencial, aprisionando o trabalhador em um cotidiano sem saída.

4.7 Análise dos Dados

A análise da trajetória de João Antônio, construída por meio do método de trajetória de vida, permite compreender com profundidade como o processo de uberização do trabalho impacta não apenas as condições objetivas da atividade laboral, mas também as formas subjetivas pelas quais o sujeito constrói sentidos sobre si, seu ofício e sua inserção na sociedade. O caso analisado revela que a precarização imposta pela plataformização não é assimilada de maneira passiva: ela é constantemente interpretada, resignificada e negociada pelos trabalhadores em suas práticas cotidianas e narrativas identitárias. Nesse sentido, as experiências narradas por João evidenciam a tensão permanente entre agenciamento e subordinação, entre desejo de autonomia e reconhecimento da exploração, que caracteriza o regime de trabalho mediado por plataformas digitais (Abílio, 2020; Amorim & Moda, 2020).

Apesar das jornadas exaustivas, da insegurança física e financeira e da ausência de vínculos formais, João Antônio mobiliza discursos de otimismo, resistência e dignidade. Sua permanência no trabalho uberizado é apresentada não como escolha ideal, mas como resposta possível às limitações impostas por um mercado de trabalho excludente e por condições estruturais de desigualdade. Essa estratégia narrativa, na qual o trabalhador busca valorizar sua atividade como forma de “não estar parado”, revela um tipo de resignificação subjetiva que legitima o próprio esforço e atua como mecanismo de preservação simbólica diante da marginalização social. O trabalho, ainda que precário, passa a operar como marcador de dignidade, permitindo ao sujeito afirmar sua capacidade de “luta” e manter algum sentido de pertencimento, mesmo em contextos de profunda exclusão (Franco & Ferraz, 2019; Abílio, 2021).

Paralelamente, observa-se que o consumo adquire centralidade como prática identitária. Em consonância com os pressupostos da Consumer Culture Theory (Arnould et al., 2020; Zamora, 2021), o consumo não aparece apenas como aquisição de bens, mas como mediador simbólico da construção do eu e das relações sociais. Mesmo em situação de escassez, João realiza pequenos rituais de consumo – como manter o carro limpo, vestir-se com cuidado ou comprar um lanche para os filhos – que carregam significados profundos de respeito próprio, afeto familiar e tentativa de inclusão simbólica. Esses atos indicam que o consumo, mesmo mínimo, é apropriado como linguagem de valor social, funcionando como estratégia para mitigar o estigma associado à precarização e à informalidade. Assim, o consumo é incorporado como dispositivo de distinção e reconhecimento, operando como ponte entre a experiência material da exclusão e os valores compartilhados de autoestima, cuidado e pertencimento (Segabinazzi, 2016; Pugh, 2013).

A dualidade entre ser trabalhador e consumidor ou, mais precisamente, trabalhador-consumidor (Kleemann et al., 2008), emerge de forma contundente. João é simultaneamente prestador de serviços que viabilizam o consumo alheio e sujeito que tenta, com esforço, manter-se inserido nas redes simbólicas do consumo contemporâneo. Essa condição, por um lado, revela a simbiose entre trabalho e consumo na lógica da economia de plataforma; por outro, evidencia as contradições dessa relação, uma vez que o consumo passa a ser também fonte de dívida, endividamento e sobrecarga emocional. A metáfora usada por João, “meu carro é meu patrão”, sintetiza essa ambiguidade: o mesmo bem que o insere no sistema produtivo é também aquilo que o submete, aprisionando-o em um ciclo contínuo de manutenção, desgaste e insegurança.

Nesse contexto, o discurso da autonomia, amplamente mobilizado pelas plataformas digitais, revela-se frágil e contraditório. A narrativa de João mostra que a liberdade prometida é constantemente restringida por mecanismos algorítmicos de controle, por exigências de desempenho e por uma responsabilização individual que ignora as desigualdades estruturais. Cancelar uma corrida, por exemplo, não é apenas uma escolha técnica, mas uma decisão com impactos diretos na renda e na possibilidade de continuar operando. A gestão algorítmica descrita por Amorim e Moda (2020) aparece, portanto, como forma de dominação contemporânea, que transfere para o trabalhador os custos e riscos da produção sem abrir mão do controle sobre seu desempenho e sua conduta.

A história de João Antônio, embora singular, ilustra processos sociais amplos e recorrentes no universo do trabalho uberizado. Suas falas expressam não apenas sua trajetória pessoal, mas também os efeitos subjetivos da flexibilização extrema das relações de trabalho e da ausência de proteção social. Ao mesmo tempo, revelam o potencial do consumo enquanto repertório simbólico de resistência e elaboração identitária em contextos de vulnerabilidade. Assim, a análise permite afirmar que a uberização do trabalho e a cultura do consumo não atuam de forma isolada, mas conformam um regime interdependente, no qual produzir e consumir tornam-se dimensões inseparáveis da experiência contemporânea de ser trabalhador em tempos de instabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como trabalhadores uberizados constroem sentidos sobre o trabalho e o consumo em contextos de precarização estrutural. Por meio da análise da trajetória de vida de João Antônio, foi possível evidenciar que a plataformização do trabalho, longe de constituir uma simples

transformação tecnológica, representa um processo profundo de reconfiguração das subjetividades trabalhadoras, das práticas de consumo e das formas de pertencimento social.

As narrativas revelaram que, apesar da ausência de direitos, da insegurança física e financeira e das jornadas exaustivas, os trabalhadores não se percebem exclusivamente como vítimas. Pelo contrário, constroem discursos de resistência, dignidade e resiliência que os permitem operar dentro do sistema sem perder totalmente a capacidade de agência. O trabalho, ainda que precarizado, é ressignificado como espaço de luta e sobrevivência. O consumo, mesmo mínimo, funciona como instrumento simbólico para preservar a autoestima, a imagem social e os vínculos familiares.

Nesse sentido, o conceito de trabalhador-consumidor (Kleemann et al., 2008) revela-se especialmente pertinente para interpretar a realidade dos sujeitos uberizados. Os relatos mostram que esses indivíduos, ao mesmo tempo que produzem valor para as plataformas, também se esforçam para manter seu lugar no mundo simbólico do consumo, utilizando bens, comportamentos e afetos como ferramentas de reconhecimento e pertencimento. Essa dinâmica confirma a relevância dos pressupostos da Consumer Culture Theory (Arnould et al., 2020; Zamora, 2021), segundo os quais o consumo é prática cultural situada, inseparável das condições materiais e das estruturas de poder.

Do ponto de vista político e social, os resultados indicam a necessidade urgente de repensar os marcos regulatórios do trabalho, de forma a garantir proteção mínima, reconhecimento jurídico e condições de dignidade aos trabalhadores de aplicativo. A naturalização da informalidade e da precariedade como “novos paradigmas” do mundo do trabalho deve ser contestada, sobretudo quando seus impactos afetam desproporcionalmente sujeitos historicamente vulnerabilizados. A experiência de João Antônio nos lembra que, sob a aparência de modernidade e flexibilidade, perpetuam-se formas de exploração, exclusão e sofrimento que exigem respostas coletivas e institucionais.

Como toda pesquisa de caráter qualitativo, este estudo tem limitações que merecem ser reconhecidas. O número reduzido de participantes e o recorte geográfico restrito não permitem generalizações estatísticas. No entanto, a densidade analítica proporcionada pelo método de história de vida possibilita acessar dimensões subjetivas e simbólicas que dificilmente seriam captadas por abordagens quantitativas. Estudos futuros podem ampliar a diversidade de trajetórias analisadas e aprofundar a interseção entre cultura de consumo, marcadores sociais da diferença e regimes de trabalho em transformação. Sugerem-se estudos que ampliem a interface entre a Consumer Culture Theory (CCT) e o campo dos estudos críticos do trabalho, particularmente no que diz respeito às formas simbólicas de resistência, apropriação e ressignificação dos discursos hegemônicos do empreendedorismo digital. Também seria relevante explorar com maior profundidade os marcadores sociais da diferença (gênero, raça e geração) na construção das experiências dos trabalhadores-plataforma.

Conclui-se que os sentidos atribuídos ao trabalho uberizado e ao consumo em contextos de precariedade não são fixos nem homogêneos, mas atravessados por contradições, negociações e disputas simbólicas. Ouvir esses sujeitos, em sua própria linguagem, é passo essencial não apenas para compreender as dinâmicas contemporâneas do trabalho e do consumo, mas também para construir alternativas éticas e políticas que reconheçam o valor do trabalho como dimensão fundante da cidadania, da dignidade e da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Alberti, V. (2005). Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV. 236p
- Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. *Estudos avançados*, 34, 111-126.
- Abílio, L. C., Amorim, H., & Grohmann, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23, 26-56.
- Abílio, L. C. (2021). Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, 39, 579-597.
- Almeida Aquino, J. V. M., de Queiroz Pilate, F. D., & da Silva Félix, Y. (2020). Uberização do trabalho e os riscos à saúde dos entregadores por aplicativo frente à Pandemia da Covid-19. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, 6(11), 46-69.
- Alves, A. P. R., & Silva, N. R. (2022). *História de vida em pesquisas qualitativas: o caso de Beatriz*. Marília: Oficina Universitária
- Amorim, H., & Moda, F. B. (2020). Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 22(1), 59-71.
- Arnould, E. J., Thompson, C. J., & Press, M. (2020). Consumer culture theory. *The Routledge companion to anthropology and business*, 118-131.
- Botelho, L. V; Cardoso, L. O; Canella, D. S. COVID-19 e ambiente alimentar digital no Brasil: reflexões sobre a influência da pandemia no uso de aplicativos de delivery de comida. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Camillo, E. J., & Moura, D. H. (2021). Trabalho, capitalismo e classe trabalhadora: do taylorismo-fordismo ao toyotismo uberizado. *Trabalho & Educação*, 30(3), 17-31.
- Cannas, F. (2021). A uberização do trabalho frente à pandemia de Covid-19 no brasil. *Revista Direitos, trabalho e política social*, 7(13), 198-221.
- Carvalho, L. (2020). *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. Todavia.
- Casagrande, L., Zamora, M. A., & Oviedo, C. F. (2021). Motorista de Uber não é empreendedor. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 22.
- Colomby, R. K., Peres, A., Lopes, F. T., & Costa, S. D. (2016). A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 852-887.
- Featherstone, M. (2018). Consumer culture and its futures: Dreams and consequences. *Approaching Consumer Culture: Global Flows and Local Contexts*, 1-46.
- Ferrazza, D. S., & Antonello, C. S. (2017). O método de história de vida: contribuições para a compreensão de processos de aprendizagem nas organizações. *Gestão. Org*, 15(1), 22-36.
- Ferreira, F. S. D. S. (2021). *Uberização do trabalho: precarização ou oportunidade? análise do fenômeno sob a perspectiva de motoristas de aplicativo da cidade de Curitiba e região metropolitana durante a pandemia da COVID-19* (Master's thesis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná).
- Fleming, P. (2017). The human capital hoax: Work, debt and insecurity in the era of Uberization. *Organization Studies*, 38(5), 691-709.

Franco, D. S., & Ferraz, D. L. D. S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos Ebape. BR*, 17, 844-856.

Fontes, V. (2017). Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx*, 5(8), 45-67.

Garcez, R. M., Ferreira, E. M. S., da Silva, E. D. M. S., & Lima, C. A. C. (2020). A Era da Inovação e Modelos de Negócios Digitais no Capitalismo Contemporâneo: O Fenômeno Inovativo da Uberização. *Brazilian Journal of Development*, 6(11), 88408-88417.

Graça, G. M. B., & de Araújo, J. M. (2020). Coronavírus e uberização: como a pandemia expôs a vulnerabilidade dos motoristas de aplicativo submetidos a um regime precário de direitos no Brasil. *Revista da Escola Judicial do TRT4*, 2(4), 99-124.

Golçalves, R. de C. & Lisboa, T. K. (2007). Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Revista Katálysis*. Florianópolis 10(esp.) p. 89-32

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2020*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

Kleemann, F., Voß, G. G., & Rieder, K. (2008). Un (der) paid innovators: The commercial utilization of consumer work through crowdsourcing. *Science, technology & innovation studies*, 4(1), 5-26.

Koschate-Fischer, N., Hoyer, W. D., Stokburger-Sauer, N. E., & Engling, J. (2018). Do life events always lead to change in purchase? The mediating role of change in consumer innovativeness, the variety seeking tendency, and price consciousness. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 46(3), 516-536.

Leite, L. P. (2022). *História de vida em pesquisas qualitativas: o caso de Beatriz*. Editora Oficina Universitária.

Maccali, N., Minghini, L., Walger, C. D. S., & de DÉ AROGLIO, K. A. R. I. N. A. (2014). O método história de vida: desvendando a subjetividade de do indivíduo no estudo das organizações. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 15(3), 439-468.

Pinto, B., Carreiro, T., & Rodriguez, L. (2016). Trabalhando no "entre": A História de Vida Laboral Como Método de Pesquisa em Psicossociologia. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(5), 941-985.

Pugh, A. J. (2013). The planned obsolescence of other people: Consumer culture and connections in a precarious age. *Culture and Organization*, 19(4), 297-313.

Segabinazzi, R. C. (2016). Subculturas e cultura de consumo: diferenciações e uma agenda de pesquisa para o Brasil. *International Journal of Business and Marketing*, 1(1), 53-60.

Than, N. (2020, June). Uberland. In *Sociological Forum* (Vol. 35, No. 2, pp. 548-550). Wiley, Springer.

Uchôa-de-Oliveira, F. M. (2020). Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45.

Vera, L. A. R., & de Sevilha Gosling, M. (2019). Fatores que contribuem para o consumo de plataformas de economia do compartilhamento: Um estudo com jovens universitários. *Caderno de Administração*, 27(2), 60-81.

Werneck, G. L., & Carvalho, M. S. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00068820.

Zamora, J. A. (2017). La cultura del consumo. *Realidad, Revista De Ciencias Sociales Y Humanidades*, (114), 513-553.